

APRESENTAÇÃO

Mulheres e feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos

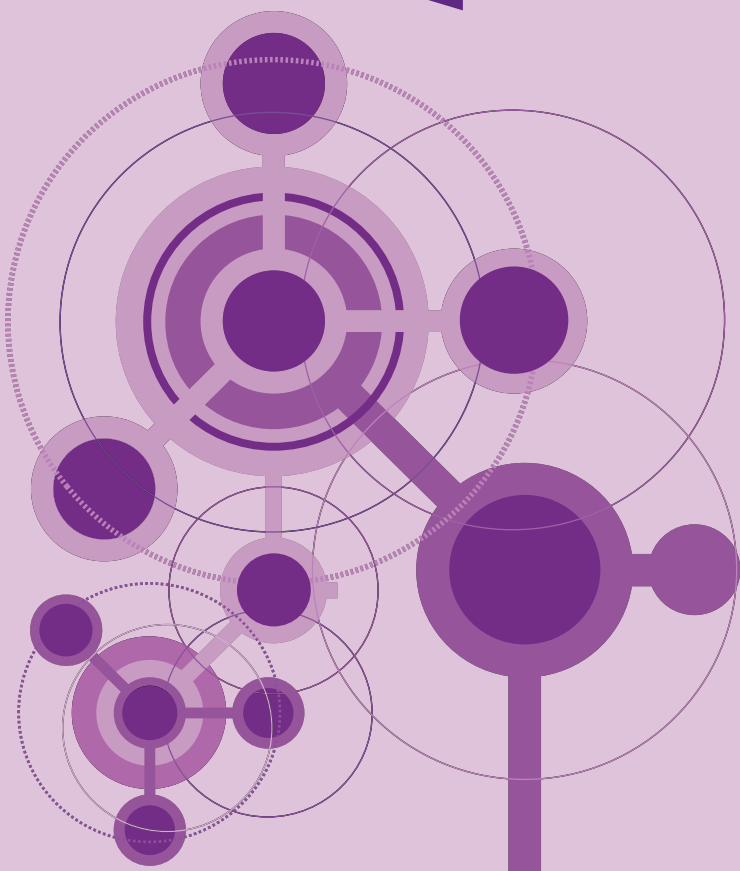
Women and feminisms: theories,
reflections, and communicative
processes

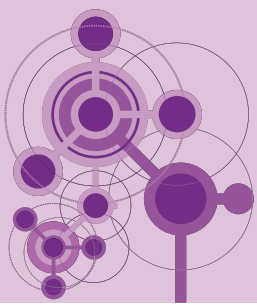
Mujeres y feminismos: teorías,
reflexiones y procesos comunicativos

Discutir a participação das mulheres na sociedade é tarefa urgente e plural. Somos muitas, diversas e “difusas” como coletivo e, apesar dos grandes avanços, do vigor e renovação das pautas de gênero e dos movimentos feministas, também plurais nos últimos anos, vivemos imersas em um modelo cultural patriarcal e misógeno e muitos dos nossos direitos ainda não estão contemplados ou consolidados (Blay, 2017). Desta forma, ainda permanecem desafios de representatividade, diálogo, equidade e justiça social nos espaços públicos e privados, inclusive dentro do mosaico de mulheres que compõe cada sociedade.

Para enfrentar de forma global os principais desafios, apesar da transversalidade da pauta, a Agenda 2030 concentra na ODS 5 - “*alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*”¹ um conjunto de questões a endereçar. Este objetivo de desenvolvimento sustentável propõe a eliminação da discriminação de gênero e suas intersecções; a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, nas esferas públicas e privadas; a eliminação das práticas nocivas como casamentos forçados e mutilação genital; o reconhecimento e valorização dos trabalhos de cuidados não remunerado, com a devida oferta de infraestrutura e políticas de proteção social e a promoção do compartilhamento das tarefas; e a garantia

¹ Informações da Plataforma regional de conhecimento da Agenda 2030 para América Latina e Caribe: <https://agenda2030lac.org/es/ods/5-igualdad-de-genero>





da participação cidadã das mulheres, em igualdade de oportunidades, para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

Afinal, qual é o papel da comunicação, assim como dos profissionais, pesquisadores e estudantes, na promoção da equidade de gênero, na luta contra as violências e desigualdades, na construção de novos modelos, cultura e narrativas sobre as mulheres? Se pensamos a comunicação como ciência e construção social (Zalaquett, 2012) que, historicamente está moldada e dirigida por referenciais patriarcais – em geral também racistas - que legitimam outras estruturas sociais, institucionais, culturais, e onde as relações de poder dominantes definem os papéis de gênero e sustentam a “narrativa normativa da heterossexualidade” (Butler, 1990 apud Zalaquett, 2012, p.33), vemos a importância de trazer a reflexão crítica sobre os modelos e discursos vigentes, a perspectiva de gênero e outras epistemologias - feministas, periféricas, etno-culturais e afrocentradas – para os estudos e pesquisas de comunicação.

Por outra parte, entendendo a dimensão educadora e formadora de cultura que tem adotado a comunicação em várias situações, vemos a reprodução de padrões civilizatórios dominantes ou, como propõe a educação popular e libertadora de Paulo Freire (1987, p.19), atuando como um vetor de ampliação da consciência crítica, para dar a conhecer a realidade opressora, ampliar a voz, o questionamento e a visibilidade de grupos e minorias a partir de si mesmos e visibilizar questões marginais às agendas hegemônicas, abrindo espaço para novas possibilidades de futuro comum, neste caso, baseado na cooperação e aliança entre gêneros, entre diversidades, na inclusão real, redução e mitigação das desigualdades.

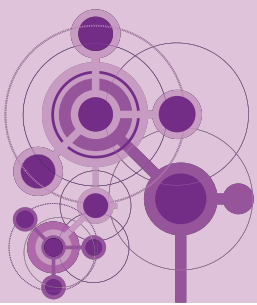
Compreendemos a comunicação como processo de informar, educar, capacitar, mobilizar e dar sentido a diferentes públicos na sociedade e, neste sentido, a vemos como um campo de conhecimento capaz de fomentar a agenda e gerar debates consistentes sobre a participação e os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, de articular públicos multisetoriais para a ação conjunta e de estimular mudanças em diferentes contextos, sem perder de vista as questões de classe, raça e gênero. Para isso, precisamos compreender a complexidade e multidisciplinaridade desses desafios, assim como a transversalidade das pautas de gênero.

No âmbito acadêmico da comunicação organizacional no Brasil, há ainda muito a discutir sob a perspectiva de gênero e sua interconexão com teorias e práticas comunicacionais. É necessário ampliar o debate, aprofundar a reflexão, compreender os desafios, acompanhar as mudanças e tendências, dialogar com essa pluralidade. Estaremos, assim, forjando profissionais capazes de questionar a cultura patriarcal, colonial e misógina, que sejam sensíveis às desigualdades e preparados para fomentar mudanças. Trazer este olhar é parte da reponsabilidade social e compromisso que as escolas de comunicação precisam assumir.

Além disso, a área de comunicação e, em particular a comunicação organizacional, conta com uma maioria de mulheres, estudantes, pesquisadoras e profissionais, embora o “teto de cristal” e as tradicionais brechas de gênero as impeçam de alcançar na mesma proporção os degraus mais altos da carreira (Ferrari, 2015, 2017).

Por último, cabe destacar que o papel dos meios de comunicação vem sendo enfatizado desde a Conferência Internacional de Pequim², quando a Declaração final e Plataforma de Ação da Conferência traça um conjunto estratégias e diretrizes para promover a igualdade de gênero globalmente e dedica um capítulo especificamente sobre a comunicação, o capítulo J, uma vez que é entendida como uma dimensão fundamental para alcançar a “*igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres*” (1995, p.2).

2 Plataforma de Acción de Beijing. (1995). Declaración final e Plataforma de Acción aprobadas. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>



Especificamente no capítulo J, o item 'Mulher e Meios' propõe dois objetivos estratégicos e uma série de medidas que devem ser tomadas para garantir uma comunicação menos discriminatória e mais igualitária (Saraiva, 2014, p.36): J.1), que são: aumentar o acesso e a participação das mulheres na expressão de suas ideias e tomadas de decisão na mídia, bem como nas novas tecnologias de comunicação; (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995, p. 108); J.2), e promover uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulheres na mídia. Ambos objetivos se conectam totalmente com as práticas de Relações Públicas e da Comunicação Organizacional.

É a partir dessas inquietudes e reflexões, na conexão com o contexto atual do movimento feminino e feminista na sociedade, do contexto político do país, que lançamos o desafio de trazer esta pauta para a Revista Acadêmica ORGANICOM, no. 40, com o dossiê "Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos". Com mais de 18 anos de existência, é a primeira vez que a revista trata do tema mulheres, feminismos e comunicação, momento inédito para promover o debate acadêmico na área da comunicação organizacional no Brasil e na América Latina, onde a revista também é lida.

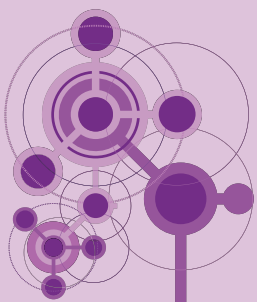
O objetivo foi abrir espaço para uma miríade de abordagens sobre a participação das mulheres na sociedade e nas organizações, incentivando a aproximação entre os processos comunicativos e a perspectiva de gênero – centrada aqui na identidade de gênero como mulher - e buscando trazer múltiplos lugares de fala e abordagens para o documento. Maternidades feministas, trabalho de cuidados, mulheres indígenas, feminismo negro e estudos afrocentrados sobre mulheres, mulheres com deficiência, mulheres trans, saúde, etarismo, mudanças climáticas, cultura de paz, mulheres e o islã, mulheres asiáticas, violências de gênero, gênero e comunicação, participação política da mulher, entre outros. Também tivemos a intenção de propiciar discussões políticas, práticas, de direitos e modelos sociais que não acomodam os horizontes e experiências dessa rica diversidade de mulheres, a partir do prisma dos feminismos.

A edição 40 "Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos", está composto por nove artigos na seção Dossiê, duas entrevistas com mulheres que marcam a diferença na temática, quatro depoimentos de profissionais ativistas e duas resenhas. Também esta edição conta com dois artigos livres.

Abrimos a seção do Dossiê com o artigo "*Investigar y divulgar el legado civilizatorio del feminismo pacifista*", da professora espanhola Carmen Magallón, especializada na história das mulheres na ciência, na análise epistemológica do fazer científico e nas relações entre gênero, ciência e cultura de paz. Seu texto trata do feminismo pacifista e, por meio de uma cronologia, aponta a questão da vulnerabilidade e da violência que se impôs contra as mulheres nas últimas décadas. Para a autora, é possível erradicar a violência, uma vez que as iniciadoras do movimento feminista pacificador seguem sendo um modelo de fonte de inspiração para buscar a paz.

O segundo artigo "*Mulheres Muçulmanas, Islamofobia e Mídia: desconstruindo estigmas*", da professora do departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP e coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes, Francirosy Campos Barbosa, trata da 'islamofobia' em relação às mulheres revertidas ao Islam. A autora há dez anos se converteu ao Islam e em seus estudos concluiu que a mídia, de um modo geral, contribui para o *estigma* do que seja a mulher muçulmana, e isso, coopera sistematicamente para ataques islamofóbicos.

O seguinte artigo "*De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses*" é de autoria da Professora Emérita da USP, Eva Alterman Blay, considerada uma das precursoras dos estudos sobre a violência de gênero no Brasil. Além de ser autora e coordenadora de várias obras sobre a temática, também foi coordenadora do Escritório USP Mulheres e uma das fundadoras da Delegacia da Mulher. Ter conosco um texto da pesquisadora e professora Eva Blay, é uma honra para o Dossiê 40.



O olhar masculino sobre a questão de mulheres e feminismos foi tratado por Octavio Salazar Benítez, advogado e professor de Direito Constitucional da Universidade de Córdoba, Espanha. O autor é especialista em assuntos de gênero, feminismos e masculinidades e já produziu mais de dez livros, dentre os quais oito são dedicados a temática de gênero e mulheres. Em seu artigo *“A sexualidade como um problema político”*, o autor trata de refletir sobre o aumento das violências sexuais e aponta que é urgente superar a masculinidade hegemônica e propõe uma política da sexualidade baseada na empatia, no reconhecimento e na reciprocidade.

O quinto artigo, *“Feminismo e Comunicação: uma relação necessária”* da professora da ECA/USP, Claudia Lago, aborda a relação ainda muito tímida, segundo a autora, que o campo da comunicação tem com os estudos feministas e de gênero; para isso, propõe que esta relação se intensifique e passe a nortear pesquisas na área, independente dos objetos empíricos.

Sob o título *“As mulheres podem ser representantes políticas no Brasil? Gênero, raça e classe na participação e representação política”*, Nailah Neves Veleci, atualmente Coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Igualdade Racial, reflete sobre o direito ao voto feminino pela perspectiva da interseccionalidade, com o objetivo de pontuar como este direito chegou de formas diferentes para mulheres a partir de questões de raça, etnia e classe.

Maria Daniela de Araújo Vianna, jornalista, doutora em Ciências Ambientais (PROCAM/USP), comunicadora climática e pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da USP, apresenta um artigo extremamente relevante para os dias atuais em que trata das *“Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática”*. Seu texto explora como as mulheres já sofrem com os efeitos climáticos e como o protagonismo feminino pode contribuir com soluções, a partir da revisão de documentos oficiais e de entrevistas com mulheres brasileiras que defendem territórios, modos de vida e direitos intergeracionais, à luz da Conferência do Clima da ONU, no Egito, realizada em janeiro de 2023.

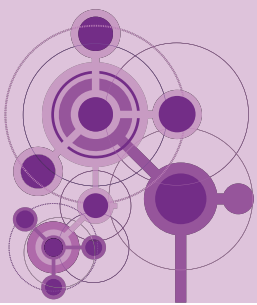
A seção Dossiê se encerra com o artigo *“Mulheres e Homens na USP e na Escola de Comunicação e Artes, entre 2000 e 2019”* que apresenta um recorte do projeto Mulheres e Homens da USP – 2000 a 2019, desenvolvido pelo Escritório USP Mulheres/USP. A análise produzida por Rodrigo Correa, Rennan Valeriano Silva Lima e Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro permite verificar, tanto no âmbito da USP como da ECA, uma relativa igualdade de gênero entre os estudantes nos diferentes níveis, porém a desigualdade que persiste, em desfavor das mulheres, na carreira docente.

Além dos autores convidados, foi aberta uma chamada para pesquisadores da temática do dossiê. Na edição 40 contamos com cinco artigos de acadêmicos do Brasil, Argentina e Uruguai.

“Mulheres, ambulantes e produtoras culturais: as alianças em torno da Garagem das Ambulantes” é o título do artigo de Flávia Barroso que trata de analisar o processo de formação de alianças entre grupos na produção de espaços de visibilidade, expressão e renda para mulheres ambulantes, segundo o pensamento de Judith Butler.

O artigo *“El doble techo de cristal: ellas llegaron, pero tienen que probar que la comunicación es estratégica”* de Ana Inés Pepe Arias, Mónica Arzuaga Wiliamns e Matías Gómez Balarini, ambos da Universidad Católica del Uruguay, traz a temática do teto de cristal e mostra pesquisa realizada com profissionais que constataram que a legitimidade do cargo, a homofilia e a cultura social e organizacional são as principais causas desse problema.

Interessante o tema de cinco pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *“Análise do perfil de ouvintes e dos módulos mais populares do curso online “feminismos: algumas verdades inconvenientes”* que aborda o impacto do curso “Feminismos: algumas verdades inconvenientes”, em formato de podcast. O alcance do curso foi avaliado através de métricas



quantitativas do número de acessos e dos perfis de estudantes do curso. As autoras observam que o público se interessa mais por temas transversais do feminismo e assistem as aulas sobre tópicos que atingem grupos específicos.

O artigo apresentado pela professora Maria Aparecida Ferrari, ECA/USP e Milene Rocha Lourenço Leitzke, doutoranda da ECA/USP, *“Guia bibliográfico sobre mulheres e feminismos: novas perspectivas para o campo da comunicação”*, trata de oferecer a alunos, docentes, pesquisadores e profissionais uma recopilação comentada de referências qualificadas sobre estudos de gênero, mulheres e feminismos, no intuito de motivar pesquisas na área da comunicação.

Por último, Josilene Ribeiro de Oliveira da Universidade Federal da Paraíba traz o artigo *“Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia”*, no qual discute como a dimensão de gênero é incorporada às práticas comunicativas e de interação no sistema prisional, especialmente durante a pandemia de covid-19.

Em seguida, a edição 40 traz a seção Entrevistas, para a qual tivemos a oportunidade de entrevistar duas mulheres ativistas, separadas pelo oceano Atlântico e que, desde seus contextos distintos, clamam por mais igualdade e compreensão sobre o trabalho da mulher no século XXI.

Esther Vivas, socióloga e jornalista espanhola iniciou seu ativismo defendendo o consumo consciente e, a partir de sua própria maternidade, tem refletido sobre as mulheres, mães e os feminismos, colocando em debate os estereótipos, os modelos patriarcais e a recuperação do poder da decisão da mulher sobre como – e se – maternar, numa sociedade habituada a penalizá-la, principalmente no mundo organizacional.

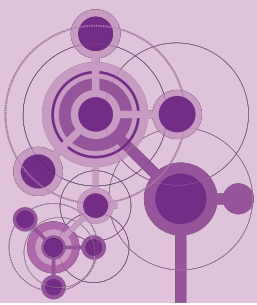
Do sul da Bahia, Potyra Té Tupinambá revela seu ativismo ao nos contar sobre seu trabalho junto a várias tribos indígenas, principalmente ao fomentar o protagonismo e o empoderamento das mulheres indígenas, a maternidade, a conexão com a terra e as violências de gênero que também afetam esse grupo de mulheres. Com certeza os leitores verão como esses dois olhares e ativismos têm produzido a diferença por onde elas passam.

Para completar o Dossiê 40, contamos com quatro depoimentos de mulheres que, desde seus lugares de fala, se posicionam e apresentam suas trajetórias como inspiração para os jovens brasileiros e, principalmente para os alunos e egressos dos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação.

O primeiro depoimento *“Justiça reprodutiva: um caminho para a justiça social e equidade racial e de gênero”* da médica, mestre em Saúde Pública e doutora em comunicação, Fernanda Lopes, traz uma reflexão sobre a justiça reprodutiva como um campo de ativismo, tema muito caro à autora, e faz uma convocação à mudança sistêmica nas discussões sobre trajetórias reprodutivas. Atualmente Fernanda é diretora do Fundo Baobá para Equidade Racial e atua no GT Racismo e Saúde da ABRASCO.

Da Espanha, contamos com o depoimento de Paloma Chen, uma jovem poeta, jornalista, pesquisadora e gestora cultural, nascida na Espanha e filha de pais chineses. No seu texto *“No tengo más que una literatura y no es la mía. Reflexiones desde una experiencia chino-española”*, Paloma reflete sobre sua identidade chinesa-utiel-valenciana-wenzhounesa-espanhola e como são vistas como experiências particulares e minoritárias pela hegemonia ocidental, que atribui rótulos de hipersexualização, fetichização, exotismo e criminalização às mulheres asiáticas. É um depoimento muito tocante, principalmente quando analisamos desde o enfoque dos processos migratórios e das dificuldades de pessoas imigrantes construir uma identidade em entre seu lugar de origem e lugar de acolhida.

A jornalista Leandra Migotto Certeza nos brinda com seu depoimento-emoção *“Feminismos plurais não podem excluir mulheres com deficiência!”* no qual aborda a questão das mulheres com deficiência, apontando que ainda elas são completamente



excluídas dos feminismos plurais no mundo. Leandra explica que elas também são infantilizadas, enxergadas de forma assistencialista e capacitista, sem direito de fazer escolhas sobre suas vidas e/ou respeito às suas particularidades e necessidades de acessibilidade.

Finalizando a seção de depoimentos, Sheila Prado Saraiva, relações-públicas e mestre em Cultura de Paz, Conflitos, Educação e Direitos Humanos pela Universidade de Córdoba, Espanha, nos revela por meio de seu texto *“Maternidad, trabajo y cuidados en el contexto de la pandemia de COVID-19”* sua trajetória de mãe, imigrante e consultora na Espanha. Seu contexto durante a crise sanitária do covid-19 motivou o desenvolvimento de uma pesquisa sobre as ‘mães em quarentena’ que reflete os impactos do isolamento social na conciliação entre trabalho de cuidados e o trabalho considerado produtivo pela sociedade.

Na seguinte seção, Textos Livres, contamos com dois artigos. O primeiro, *“Transparência como indício de credibilidade em iniciativas de jornalismo independente. O caso da Agência Pública”* de Edgard Patrício e Raphaele Christine Batista de Lima. O texto trata do conceito de credibilidade e os autores analisam como o discurso institucional de “transparência” corrobora com a construção de relações de confiança entre organizações de jornalismo independente e suas audiências.

O segundo artigo de autoria de Nicole Sberse Morás e Rudimar Balissera *“Do modelo transmissivo ao dialógico: a comunicação organizacional segundo museus de Porto Alegre”*, aponta que a comunicação organizacional nos museus é fortemente pautada pelo viés transmissivo, difusionista e de publicização, mas que existem evidências que levam a qualificar esses processos mediante comunicação vinculativa e/ou dialógica.

Finalizamos a edição 40 com duas resenhas de obras que são referência para os estudos de feminismos, maternidade e migração.

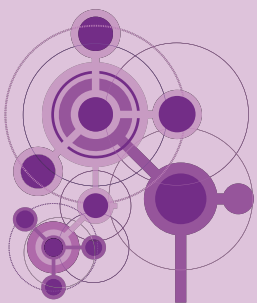
A primeira resenha, trata do livro *“Mamãe Desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade”*, de autoria de Esther Vivas, na versão em português, publicada pela Editora Timo, São Paulo (2021). A doutoranda Ana Paula Hoffmann Frittoli Basaglia intitulou a resenha de *“A maternidade desobediente e insubmissa”* uma vez que Esther Vivas relata sua experiência como mãe, a partir das inúmeras perguntas que se fez durante a gestação e das respostas que encontrou em suas pesquisas a partir desta vivência. A resenha detalha as três partes que compõem a obra que, desde a perspectiva pessoal, Esther Vivas sustenta que a leitura é indicada a todas as pessoas que acompanham os processos de criação, uma vez que a maternidade implica a todos nós.

Sandra Ruiz Moriana indica o livro *“Migration, Gender and Care Economy”* organizado por S.Irudaya Rajan and N.Neetha, pela editora Routledge, EUA, (2019). Composto por dez capítulos, as autoras selecionaram pesquisadoras que aprofundam a questão da intersecção entre a opressão e a discriminação - sexismo, classismo ou discriminação por idade - que impactam a integração da mulher migrante. No livro, o empoderamento da mulher migrante é examinado entre o impacto da migração em sua vida pessoal e profissional.

Assim, a edição 40 *“Mulheres e Feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos”* oferece a alunos, docentes, pesquisadores e profissionais do mundo do trabalho distintas perspectivas sobre os desafios e avanços ocupados pelas mulheres e como os feminismos têm evoluído através dos anos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Maria Aparecida Ferrari e Sheila Prado Saraiva
Coordenadoras do Dossiê 40



REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. (2015). ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BLAY, Eva A. (2017). **O Feminismo avançou, mas não consolidou os avanços**. Entrevista a Agência Brasil. Publicado em 08/03/2017 - 05:59 Por Elaine Patrícia Cruz – Repórter da Agência Brasil - São Paulo. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/o-feminismo-avancou-mas-nao-consolidou-os-avancos-diz-sociologa-eva>

FERRARI, M. A. (2015). **O perfil dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP**. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo de pesquisa do curso de Relações Públicas. São Paulo.

FERRARI, M. A. (2017). **Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino–aprendizagem**. 2017. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, Paulo (1987). **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

SARAIVA, Sheila Prado (2014). **Mujeres, Paz y Seguridad: Una mirada hacia los procesos comunicativos para la sensibilización sobre la Resolución 1325 de la ONU**. Monografía del Máster Interuniversitario Cultura de Paz: Educación, Conflictos y Derechos Humanos (perfil investigador), Universidad de Córdoba, España.

ZALAUQUETT, Cherie (2012). **Ciencia y Género: lo legitimo y lo bastardo en epistemología científico-social**. Revista Izquierdas, 12, abril de 2012, ISSN 0718-5049. (pp. 26-51).